

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.257 - PR (2019/0098881-8)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADO : RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP211648**  
**AGRAVADO : ANGELA KHURY MUNHOZ DA ROCHA**  
**ADVOGADO : HÉLIO BUENO DE CAMARGO - PR003921**

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSO CIVIL. BANCÁRIO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CADERNETA DE POUPANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. AGRAVO CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial apresentado por Banco do Brasil S.A., com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 88):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IDEC. DECISÃO QUE DETERMINOU REMESSA DOS AUTOS AO CONTADOR DO JUÍZO COM PARÂMETROS PARA A REALIZAÇÃO DOS CÁLCULOS.

1. Termo inicial dos juros moratórios. Citação na ação civil pública. Entendimento pacificado no julgamento conjunto dos Recursos Representativos de Controvérsia REsp 1.370.899/SP e REsp 1.361.800/SP.

2. Decisão mantida.

RECURSO DESPROVIDO.

Nas razões recursais, o recorrente alegou a violação dos arts. 17, 85, 485, VI, 1.035 e 1.036 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustentou, em síntese, a necessidade de suspensão do feito; a ilegitimidade ativa da recorrida para a propositura do cumprimento de sentença; e a impossibilidade de condenação ao pagamento de verba honorária.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 130-134).

O Tribunal de origem não admitiu o processamento do recurso especial em virtude da ausência de prequestionamento, aplicando-se as Súmulas n. 282 e 356 do

STF; e pela determinação do STF da exclusão do sobrestamento dos processos que se encontrem em fase de cumprimento de sentença (e-STJ, fls. 138-139).

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante salientar que o presente agravo foi interposto contra decisão publicada já na vigência do Novo Código de Processo Civil (e-STJ, fl. 728), de maneira que é aplicável ao caso o Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Em relação aos dispositivos legais apontados pelo recorrente – arts. 17, 85, 485, VI, 1.035 e 1.036 do CPC/2015 – não foram enfrentados pelo acórdão impugnado, **tampouco foram opostos embargos de declaração quanto a esse ponto**. Para que se atenda ao requisito do prequestionamento, é necessária a efetiva discussão do tema pelo Tribunal de origem, ainda que em embargos de declaração, o que, na espécie, não ocorreu. Incidência das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Ressalte-se que o entendimento jurisprudencial desta Corte é de que se têm como prequestionados os dispositivos legais de forma implícita, ou seja, ainda que não referidos diretamente, quando o acórdão recorrido emite juízo de valor fundamentado acerca da matéria por eles regida.

Diante do exposto, conheço do agravo para, nessa extensão, não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator